

RECURSO ESPECIAL Nº 1.606.586 - RN (2016/0149073-5)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : MÔNACO ADMINISTRAÇÃO E INCORPORAÇÃO S/A
ADVOGADO : LEONARDO NAPOLIAO CABÓ - RN010692
RECORRIDO : REGINA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO : FRANCISCO MARCOS DE ARAÚJO - RN002359

EMENTA

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. RESCISÃO CONTRATUAL. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 8º DA LEI DA ARBITRAGEM. NÃO IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO AUTÔNOMO E SUFICIENTE PARA MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULAS Nº 284 DO STF, POR ANALOGIA. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

DECISÃO

REGINA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. (REGINA VEÍCULOS) ajuizou ação de rescisão contratual cumulada com danos morais contra MÔNACO ADMINISTRAÇÃO E INCORPORAÇÃO S/A (MÔNACO), buscando rescindir contrato de cessão de direitos de uso de loja e de locação de loja de uso comercial que firmaram, sem nenhuma aplicação de multa, diante da imposição de obrigações excessivamente onerosas, bem como ser ressarcida da quantia paga porque a coisa esperada não lhe foi entregue do modo acordado.

O Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Mossoró - RN grau julgou parcialmente procedentes os pedidos para declarar rescindido o contrato por culpa da MÔNACO (locadora) e condená-la a restituir os valores pagos na cláusula 18.3 do contrato (e-STJ, fls. 438/446).

A apelação interposta pela MÔNACO não foi provida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJ/RN), nos termos da seguinte ementa:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REPARAÇÃO DE DANOS. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE, EM PARTE, O PEDIDO AUTURAL E DETERMINOU A RESILIÇÃO DO CONTRATO CELEBRADO ENTRE AS PARTES POR CULPA DA PARTE RÉ, ORA APELANTE, CONDENANDO-A A RESSARCIR À EMPRESA AUTORA OS VALORES PAGOS.

PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE CLÁUSULA DE ARBITRAGEM. INEXISTÊNCIA DA EXPRESSA ACEITAÇÃO DO CONTRATANTE. REJEIÇÃO. MÉRITO. CONTRATO DE LOCAÇÃO DE LOJA DE USO COMERCIAL E CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE LOJA EM SHOPPING CENTER. DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DE QUE A EMPRESA CESSIONÁRIA/APELADA NÃO TINHA CONHECIMENTO DE QUE O IMÓVEL OBJETO DO SHOPPING CENTER PERTENCIA A TERCEIRO E ERA OBJETO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA BOA FÉ OBJETIVA. CONDUTA ILÍCITA QUE EVIDENCIA A CULPA DA EMPRESA RÉ/APELANTE ENSEJADORA DA RESCISÃO DOS CONTRATOS. RESTITUIÇÃO DO STATUS QUO ANTE. CLÁUSULA PRIMEIRA, PARAGRAFO ÚNICO, DO CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE LOJA EM SHOPPING CENTER. NECESSIDADE DE DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO A TÍTULO DE "RES SPERATA". CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO (e-STJ, fls. 532/533).

Inconformada, MÔNACO interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF alegando, além de dissídio jurisprudencial, violação do art. 8º da Lei nº 9.307/96 (Lei da Arbitragem), ao sustentar que o acórdão recorrido ignorou a previsão contratual da cláusula compromissória de arbitragem, sendo obrigatória a submissão da presente lide ao juízo arbitral, a quem compete dirimir os conflitos decorrentes do contrato firmado entre as partes.

Contrarrazões do recurso especial (e-STJ, fls. 586/629).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9.3.2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) Da violação do art. 8º da Lei nº 9.307/96

MÔNACO sustentou que a previsão no contrato de cláusula de convenção de arbitragem estabelecida de comum acordo pelas partes prejudica o julgamento da causa pelo judiciário, devendo o feito e a validade do compromisso arbitral ser submetido à Corte de Conciliação.

O TJRN rejeitou tal alegação trazida na preliminar da apelação, sob o fundamento de que a convenção de arbitragem seja válida se faz necessário a expressa adesão do contratante, no caso a recorrida REGINA VEÍCULOS, o que não teria ocorrido.

Verifica-se da leitura das razões do recurso especial que o fundamento autônomo e suficiente para manutenção do acórdão recorrido, qual seja, de que era necessário a expressa da adesão da parte contratante para que a cláusula arbitral seja válida, não foi expressamente impugnado, atraindo a incidência, por analogia, da Súmula nº 283 do STF.

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator